

tigo 47.º e no artigo 159.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que foi celebrado entre o Município de Santo Tirso e a Junta de Freguesia de Vila Nova do Campo o contrato de delegação de competências do município na junta de freguesia, autorizado por deliberação da assembleia municipal de 14 de setembro de 2017 (item 7), o qual tem por objeto a gestão do prolongamento de horário da EB do Olival, bem como estabelecer as condições de contratação da(s) animadoras(s) sociocultural(ais) que exerce(m) funções no prolongamento de horário desse estabelecimento de ensino, nas condições que constam do contrato de delegação de competências.

Mais torna público que o referido contrato encontra-se disponível, na íntegra, para consulta, no Edital n.º 156, de 20/09/2017, afixado no edifício da câmara municipal, na sede da Junta de Freguesia de Vila Nova do Campo, bem como na Internet, no sítio institucional desta autarquia, em www.cm-stirso.pt.

Para constar e devidos efeitos, vai o presente edital ser publicado nos termos legais.

20 de setembro de 2017. — O Presidente, *Dr. Joaquim Couto*.

310800786

Edital n.º 777/2017

Delegação de competências na Junta de Freguesia de Vilarinho para gestão do Cemitério Novo e da Casa Mortuária de Vilarinho

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso:

Torna público, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 47.º e artigo 159.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que na sequência da deliberação da assembleia municipal de 14 de setembro de 2017 (item 12), sob proposta da câmara municipal de 7 de setembro de 2017 (item 17), foi celebrado entre o Município de Santo Tirso e a Freguesia de Vilarinho, no dia 20 de setembro do corrente ano, o contrato de delegação de competências que tem por objeto a gestão do Cemitério Novo e da Casa Mortuária de Vilarinho, nas condições que constam do contrato de delegação de competências.

Mais torna público que o referido contrato encontra-se disponível, na íntegra, para consulta, no Edital n.º 154 de 21/09/2017, afixado no edifício da câmara municipal, na sede da junta de freguesia de Vilarinho, e na Internet, no sítio institucional desta autarquia em www.cm-stirso.pt.

Para constar e devidos efeitos, vai o presente edital ser publicado nos termos legais.

21 de setembro de 2017. — O Presidente, *Dr. Joaquim Couto*.

310800745

Edital n.º 778/2017

Delegação de competências na Freguesia da União das Freguesias de Lamelas e Guimarei para realização da obra denominada «Beneficiação de um troço da Rua da Veiga — Lamelas e da Rua da Estirada — Guimarei».

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, torna público, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 47.º e no artigo 159.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que na sequência da deliberação da câmara municipal de 27 de julho de 2017 (item 14 da respetiva ata), foi celebrado entre o Município de Santo Tirso e a União das Freguesias de Lamelas e Guimarei, no dia 21 de setembro de 2017, o contrato de delegação de competências do município na junta de freguesia que tem por objeto a realização das obras de beneficiação de um troço da Rua da Veiga, Lamelas, e da Rua da Estirada, Guimarei, nas condições que constam do contrato de delegação de competências.

Mais torna público que o referido contrato encontra-se disponível, na íntegra, para consulta, no Edital n.º 155, de 21/09/2017, afixado no edifício da câmara municipal, na sede da junta de freguesia da União das Freguesias de Lamelas e Guimarei, e na Internet, no sítio institucional desta autarquia em www.cm-stirso.pt.

Para constar e devidos efeitos, vai o presente edital ser publicado nos termos legais.

21 de setembro de 2017. — O Presidente, *Dr. Joaquim Couto*.

310800753

MUNICÍPIO DE SETÚBAL

Aviso n.º 11772/2017

Denúncia de contrato de trabalho em funções públicas

Na qualidade de vereadora com competência delegada nos domínios dos Recursos Humanos, conferida pela Senhora Presidente da Câmara através do Despacho n.º 135/2013/GAP, de 22 de outubro, torna-se público que, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 289.º, n.º 1, alínea *d*) e 304.º, n.º 1, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi determinada a cessação do exercício das funções de Assistente Operacional do trabalhador Armando Manuel Fernandes Aldonso, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2017.

Com competência delegada pelo Despacho n.º 135/2013/GAP, de 22 de outubro,

19 de setembro de 2017. — A Vereadora, *Carla Guerreiro*.

310802065

MUNICÍPIO DE SILVES

Aviso n.º 11773/2017

Para cumprimento da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4 da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, e nos termos dos artigos 92.º e n.º 3 do artigo 93.º, da Lei já citada torna-se público que por meu despacho de 14 de setembro de 2017, determinei a mobilidade interna intercarreiras, pelo prazo de 18 meses, com efeitos a 18 de setembro de 2017 da trabalhadora Marlene Sequeira Waddington Peters, na carreira/categoria de Assistente Técnico, com o posicionamento correspondente à posição remuneratória 1.ª e nível 5.º, da tabela remuneratória única.

21 de setembro de 2017. — A Presidente da Câmara, *Rosa Cristina Gonçalves da Palma*.

310800826

Aviso n.º 11774/2017

Para cumprimento da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4 da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho datado de um de setembro de dois mil e dezassete, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com início a cinco de setembro de dois mil e dezassete, com José Paulo Barreto Gouveia Pinto, para o exercício de funções de Técnico Superior (área de atividade — Gestão Bio Recursos), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível 15.º da tabela remuneratória única.

21 de setembro de 2017. — A Presidente da Câmara, *Rosa Cristina Gonçalves da Palma*.

310800275

MUNICÍPIO DE TABUAÇO

Aviso (extrato) n.º 11775/2017

Consolidação da mobilidade

Nos termos e para os efeitos previstos na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho se torna público que, de harmonia com as alíneas *b*), *c*) e *d*) do n.º 1 do artigo 99.º-A (Consolidação da mobilidade intercarreiras ou intercategorias) do anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aditado pelo artigo 270.º da LOE de 2017, se procedeu ao acordo de consolidação de mobilidade intercarreiras, com o trabalhador Carlos Edgar Ferraz Rodrigues na carreira geral pluricategorial de assistente técnico e categoria de assistente técnico, com a remuneração base de 683,13€ a que corresponde à 1.ª posição remuneratória, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2017.

21 de setembro de 2017. — O Vice-Presidente da Câmara Municipal, *José Carlos Oliveira da Silva*.

310798308

MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

Aviso n.º 11776/2017

Dr.ª Maria Elisa Carvalho Ferraz, Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde, faz público que na sequência do procedimento con-

curusal para o provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau para a Divisão de Desporto e Juventude, aberto por aviso publicado na 2.ª série, n.º 229, de 29 de novembro de 2016, parte J1; no jornal de Notícias de 1 de dezembro de 2016 e na Bolsa de Emprego Público (Código de oferta: OE201611/0586) no dia 30 de novembro de 2016, e nos termos dos artigos 5.º, 8.º, 11.º e 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua atual redação, e nos artigos 4.º, 8.º, 12.º e 23.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, designei, em comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2017, a professora doutora Maria Isilda Tavares Dias, no cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Divisão de Desporto e Juventude.

Notas relativas ao currículo académico e profissional da nomeada:

Maria Isilda Tavares Dias, licenciada em “Ensino da Educação Física e Desporto” pela Faculdade de Ciências De Educação Física e Desporto, da Universidade do Porto (FCDEF-UP), em 1991, pós-graduada em “Direito Desportivo” pela Universidade Lusíada do Porto, em 2000, mestrado em “Desporto para Crianças e Jovens”, pela FCDEF-UP, em 1995, doutoramento em “Didáticas Especiais, Educação Física e Desporto”, pela Facultad de Educación Física e Deporte da Universidade de Vigo, em 2008.

Desempenhou funções na carreira e categoria técnica superior (área do desporto), entre 01 de setembro de 1992 e 21 de dezembro de 2004, como Chefe de Divisão e Diretora de Departamento, na Câmara Municipal do Porto.

Fez várias comunicações no âmbito da atividade física e do desporto.

Participou em diversos cursos de formação, seminários, colóquios, etc., destacando-se, entre outros, os seguintes:

Representante da Academia Olímpica/Comité Olímpico de Portugal na “12th International Session For Educators Of Higher Institutes Of Physical Education”, realizada em Olympia (Grécia) entre 25 de maio e 01 de julho de 2017; Integrou Comissão Científica da Conferência Internacional Desporto e Educação Olímpica, no Instituto Politécnico de Setúbal, 2 e 3 de dezembro de 2016; 9th Congresso the European Association for Sport Management. 19 a 23 de setembro de 2001. Vitoria-Gasteiz (Espanha); Conferencista no III Seminário Internacional sobre Atividade Física para a Terceira Idade. Realizado na Faculdade de Educação — Centro de Educação e Humanidades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 23 de novembro de 2000 no Rio de Janeiro.

21 de setembro de 2017. — A Presidente da Câmara, *Elisa Ferraz*, Dr.ª
310811348

Aviso n.º 11777/2017

Dr.ª Maria Elisa Carvalho Ferraz, Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde, faz público que na sequência dos procedimentos concursais para o provimento dos cargos de direção intermédia de 2.º grau para: Divisão de Gestão de Recursos Humanos, Divisão de Administração Geral, para a Divisão de Loteamentos Urbanos e Obras Particulares, Divisão de Obras de Urbanização e Rede Viária; Divisão de Segurança, Fiscalização e Saúde Pública, Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, Divisão de Espaços Verdes e Jardins Públicos, Divisão de Educação, Divisão de Habitação e Ação Social e Divisão de Cultura, Turismo e Comunicação e para a Divisão de Desporto e Juventude, abertos por aviso publicado na 2.ª série, n.º 229, de 29 de novembro de 2016, parte J1; no jornal de Notícias de 1 de dezembro de 2016 e na Bolsa de Emprego Público (Códigos de oferta: OE201611/0575, OE201611/0577, OE201611/0578, OE201611/0580, OE201611/0581, OE201611/0582, OE201611/0583, OE201611/0584 e OE201611/0585) no dia 30 de novembro de 2016, e nos termos dos artigos 5.º, 8.º, 11.º e 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua atual redação, e nos artigos 4.º, 8.º, 12.º e 23.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, designei, em comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 3 de agosto de 2017, a licenciada Maria Manuela Castro Gonçalves Lima no cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, o licenciado Alberto Manuel Oliveira Laranjeira no cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Divisão de Administração Geral, a licenciada Diana Rosa Amaral Gomes, no cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Divisão de Loteamentos Urbanos e Obras Particulares, a licenciada Olinda Maria Faria de Oliveira Carqueja, no cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Divisão de Obras de Urbanização e Rede Viária, o licenciado Pedro Miguel Carvalho Araújo Pereira Horta, no cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Divisão de Segurança, Fiscalização e Saúde Pública, o licenciado Paulo Alexandre Guia Carvalho, no cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, a mestre Alice Fernanda Silva Órfão Sousa Nunes,

no cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Divisão de Espaços Verdes e Jardins Públicos, a licenciada Maria Jacinta Azevedo Costa, no cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Divisão de Educação, a licenciada Maria Leonor Ramos Coelho Macedo Augusto, no cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Divisão de Habitação e Ação Social, a mestre Marta Conceição Alves Pereira Tavares Miranda, no cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Divisão de Cultura, Turismo e Comunicação e a professora doutora Maria Isilda Tavares Dias, no cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Divisão de Desporto e Juventude.

Notas relativas aos currículos académicos e profissionais dos nomeados:

Maria Manuela Castro Gonçalves Lima, licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; concluída em 8 de fevereiro de 1990.

Desde 03 de março de 1990 até à presente data desempenha funções na carreira de técnica superior — jurista, na Câmara Municipal de Vila do Conde, de coordenação dos serviços na área da Gestão de Recursos Humanos.

Participou em diversos cursos de formação e seminários destacando-se, entre outros, os seguintes: Curso de especialização em “Código de Trabalho — Estudo de casos práticos”, organizado pelo Instituto Superior de Administração e Gestão; Curso de formação profissional “Regime Jurídico da Proteção da Maternidade e da Paternidade”, organizado pelo IGAP; Curso de formação profissional “O Contrato Individual de Trabalho na Administração Pública”, organizado pelo IGAP; Curso de formação profissional “A implementação do novo SIADAP: dos objetivos aos resultados”, organizado pelo IGAP; Curso de Formação Profissional “Regimes de Vinculação, Carreiras, Recrutamento e Remuneração”, promovido pela ATAM; Seminário “Os Regimes de Vinculação, Carreiras e Remunerações dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas”, organizado pelo IGAP; Curso de formação profissional “A Tramitação do Procedimento Concursal de Pessoal na Administração Pública”, organizado pelo IGAP; Ação de Formação “Recrutamento e Seleção na Administração Pública — Portaria n.º 83-A/2009”, em parceria com DGAE; Curso de Formação Profissional “Condução de Entrevistas de Avaliação de Competências”, organizado pela Knowit; Seminário “O novo regime jurídico de organização dos serviços das Autarquias Locais”, promovido pelo CEFA; Seminário “O novo código de procedimento administrativo”, promovido pelo IGAP; Curso de Especialização em Regime Jurídico de Pessoal das Autarquias Locais, promovido pela Fundação CEFA; Seminário “O impacto legislativo na Gestão de Recursos Humanos”, organizado pela Câmara Municipal do Porto; Curso “Impacto da Lei do Orçamento de Estado para 2016, na Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública”, promovido pelo IGAP; Seminário “Mitos e Realidade” promovido pela Câmara Municipal do Porto; Ação de Formação “Recrutamento na Função Pública — Métodos de Seleção”, promovido pelos Quadros & Metas;

Alberto Manuel Oliveira Laranjeira, licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa — Porto, em 25 de julho de 1990, e pós graduado em Gestão Autárquica Avançada pelo Instituto Superior de Educação e Ciências — Lisboa, em 31 de dezembro de 2009.

Desde 03 de junho de 1991 e até dezembro de 2016 desempenhou funções na carreira técnica superior — Jurista, na Câmara Municipal de Vila do Conde, nas áreas de Notariado, Expropriações, Licenciamento de Atividades Diversas — Provas Desportivas, Licenças de Ruído e outras, licenciamento de táxis, processos eleitorais, elaboração de Regulamentos Municipais, Procedimentos Disciplinares e na emissão de pareceres jurídicos ligados a toda a atividade da Autárquica.

Desde 2009 e até dezembro de 2016 exerce funções de coordenação administrativa e gestão dos recursos humanos dos Serviços de Taxas e Licenças, Contratação Pública, Metrologia, Mercados, Feiras e Cemitérios, da Câmara Municipal de Vila do Conde.

Participou em diversos cursos de formação e seminários destacando-se, entre outros, os seguintes: “As Novas Diretivas Europeias de Contratação Pública: o seu impacto imediato e futuro no Direito Português” — IGAP — Instituto de Gestão e Administração Pública, Porto 6 de novembro de 2015; “Seminário O Novo Código do Procedimento Administrativo” — IGAP — Instituto de Gestão e Administração Pública, Porto 26 de fevereiro de 2015; “Novo Enquadramento Jurídico-Financeiro das Freguesias” — IGAP — Instituto de Gestão e Administração Pública, Porto 1 de abril de 2014; “Que Taxas criar, alterar ou extinguir no âmbito do Licenciamento Zero, SIR e demais diplomas conformados com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho” — IGAP — Instituto de Gestão e Administração Pública, Porto 28 de maio de 2013.